

Leite pede a Lula verba e programa para evitar demissões no Estado

Leite pede R\$ 10 bi para repor perdas

Em Brasília, governador também solicitou ao presidente reedição de medidas adotadas na pandemia para proteger empregos

PAULO EGÍDIO

paulo.egidio@zerohora.com.br

Um dia antes da quarta visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Rio Grande do Sul desde o desastre climático, o governador Eduardo Leite viajou a Brasília para pedir novos aportes do governo federal. Em ofício entregue a Lula, Leite solicita que a União aporte recursos para compensar a queda na arrecadação e pague benefício emergencial para evitar demissões.

No documento, aponta que a suspensão do pagamento da dívida do Estado com a União por três anos, já aprovada pelo Congresso, não será suficiente para superar os efeitos da calamidade.

– A suspensão da dívida é toda canalizada para a reconstrução, mas na arrecadação haverá queda forte que vai atrapalhar a prestação de serviços e outros investimentos que também são importantes – argumentou Leite.

PIB

No ofício, o governador também menciona projeção de queda de 7% no Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul neste ano. As perdas totais, considerando o poder público e o setor privado, chegariam a R\$ 22,1 bilhões.

O que diz o documento**APORTE AO ESTADO**

- As projeções da Secretaria da Fazenda indicam que o governo deixará de receber cerca de R\$ 10 bilhões em impostos ao longo do ano. Como 50% do IPVA e 25% do ICMS ficam com os municípios, as prefeituras serão afetadas pelo rombo na arrecadação.

- Para compensar as perdas, Leite pediu que o governo libere auxílio de R\$ 10 bilhões, a serem aportados diretamente no caixa do RS, dos quais R\$ 7,5 bilhões ficariam com o Estado e R\$ 2,5 bilhões com as prefeituras.

- Como alternativa a essa medida, o governador sugere que o governo federal crie um "seguro-receita", mecanismo semelhante ao que foi adotado na pandemia. A proposta é que, a cada dois meses, se verifique o quanto o Estado arrecadou na comparação com o mesmo período do ano anterior. A diferença nesse valor seria complementada pelo governo federal, corrigida pela inflação.



Chefe do Executivo gaúcho afirmou que suspensão da dívida é insuficiente

Esse cálculo considera impactos como os problemas na logística gerados pela destruição de estradas e pontes, a paralisação de atividades industriais em municípios afetados, a falência de empresas que não conseguiram se recuperar da crise, o desemprego potencial e a redução no volume de prestação de serviços.

Além do documento (leia mais detalhes abaixo), Leite também repassou a Lula sugestões de minutos de medidas provisórias (MPs) que o governo federal pode editar para atender aos pedidos do governo gaúcho.

MANUTENÇÃO DE EMPREGOS

- O documento entregue por Leite ao presidente Lula solicita que o governo federal crie um auxílio emergencial a trabalhadores para evitar demissões, usando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

- O formato seria semelhante ao Benefício Emergencial (BEm) adotado durante a pandemia pelo governo de Jair Bolsonaro.

- Esse mecanismo autoriza a redução proporcional da jornada de trabalho e do salário dos trabalhadores e a suspensão temporária dos contratos por empresas atingidas pela catástrofe.

- Em contrapartida, o governo ajudaria no pagamento da folha dos trabalhadores, com o compromisso de que as empresas não desliguem colaboradores.

- O valor do benefício seria calculado a partir do que o trabalhador teria direito de receber como seguro-desemprego.

Lula visitará Cruzeiro do Sul e Arroio do Meio

Na nova visita que fará hoje ao Estado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acompanhará os trabalhos de recuperação em uma das regiões mais afetadas pelas cheias do último mês, o Vale do Taquari. Às 11h, Lula visitará o bairro Passo de Estrela, em Cruzeiro do Sul, onde 650 moradias foram destruídas. Em seguida, às 12h30min, estará em Arroio do Meio, onde visitará a cozinha solidária do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

A saída de Brasília está marcada para as 7h. Ele vai desembarcar na Base Aérea de Canoas. A primeira-dama, Janja da Silva, vem com Lula mais uma vez, mas terá agenda própria. Em princípio, Janja deverá inaugurar uma lavanderia solidária organizada pela primeira-dama de Guaíba, Deise Maranata, com máquinas doadas. Também planeja visitar um abrigo de animais, como fez em duas visitas anteriores, e um centro de distribuição de doações.

Lula veio pela primeira vez ao Estado no dia 2 de maio, quando se reuniu com Leite em Santa Maria. Três dias depois, no dia 5, o presidente esteve em Porto Alegre e sobrevoou as áreas alagadas na Região Metropolitana. Já no dia 15 de maio, Lula esteve em São Leopoldo, onde visitou um abrigo e apresentou medidas de apoio ao Estado.

Empresários recorrem a crédito até para quitar folha

RAFAEL VIGNA

rafael.vigna@zerohora.com.br

Muitas empresas gaúchas enfrentam dificuldades, nesta primeira semana de junho, para quitar, sem o auxílio de empréstimos, a folha de pagamento dos funcionários, devido ao impacto da enchente sobre a atividade econômica. Enquanto a espera ajuda federal não chega, os empresários buscam alternativas para contornar a situação.

Para muitos, as linhas emergenciais de crédito anunciadas pelo governo não são uma realidade possível, e o adiamento da cobrança de tributos e encargos também não soluciona o problema, apenas adia o compromisso que terá de ser liquidado mais à frente com juros e correções.

Proprietário de uma micro-cervejaria em Montenegro, o engenheiro aposentado Felipe Figueiredo calcula prejuízo de R\$ 200 mil em equipamentos e matérias-primas inutilizados pelas águas que inundaram a fábrica e a câmara fria, onde eram armazenados os estoques.

Dos quatro funcionários que a empresa mantinha até o início de maio, dois já foram desligados. Eles receberam outras propostas de trabalho, e o patrão os aconselhou a aceitar, tendo em vista as dificuldades que se anunciam. Os outros dois receberam em dia. Mas para isso foi necessário contar com a oferta de uma linha emergencial, criada por cooperativa de crédito.

O valor, conta Figueiredo, poderá ser pago em seis meses, com juro zero, condição especial que permitiu colocar em dia a folha dos colaboradores.



Em Montenegro, proprietário de escola priorizou pagar funcionários

Proprietário de um curso de idiomas, também em Montenegro, Lucio Nonnemacher Lima acaba de enviar a papelada para o banco com o objetivo de obter financiamento, via Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para comprar equipamentos, materiais e recuperar os danos de R\$ 200 mil.

O recurso será necessário porque o caixa da empresa foi usado para pagar os salários de 16 profissionais e os impostos. Mesmo com a possibilidade de adiar a quitação de alguns tributos e do depósito do FGTS, Lima prefere manter as obrigações em dia. Isso acontece, segundo ele, porque não liquidá-los agora poderia significar mais aperto no futuro.

– Vai chegar um mês em que cairão dois impostos, dois boletins (caso os compromissos fossem prorrogados) – resume.

Receitas

É que no próximo mês, antecipado o empresário, começa o período de renovação das matrículas semestrais. E a tendência, segundo ele, é de muitos cancelamentos. Lima recorda do período da pandemia, quando as receitas diminuíram em 60%, mas foi possível manter as atividades à distância.

Agora, lembra, há o agravante, pois, além de faturamentos em baixa, existe a urgência em recompor as estruturas para só assim retomar as atividades e gerar fluxo.

Por essa razão, afirma que modelos destinados a garantir emprego e renda, com parte dos custos da folha assumidos pelo governo, seriam bem-vindos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS**Página: 5**